
Série Filológica: Um Projeto de Edição e Circulação de Fundos Documentais da Ilha de Santa Catarina (1703-1830) ¹

*Gilvan Müller de Oliveira**

Este trabalho tem por objetivo expor o projeto que vem sendo realizado pelo Núcleo de Estudos Portugueses da Universidade Federal de Santa Catarina (NEP/UFSC) na área da edição documental de códices existentes no Arquivo Público do Estado (APE/SC), de modo a dar a conhecer os objetivos e a natureza do trabalho, e suas potencialidades como:

- instância de preparação de documentos históricos para pesquisa em diversas disciplinas;
- instância de apoio e fomento à pesquisa na área da Linguística Histórica e
- instância de formação de especialistas em edótica regional dos séculos XVIII e XIX.

Começemos com uma breve apresentação do Núcleo de Estudos Portugueses da UFSC.

O NEP é o núcleo de pesquisa mais antigo da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo sido fundado em abril de 1956, ainda no âmbito da antiga Faculdade Catarinense de Filosofia. Liderado pelo Prof. Agostinho da Silva, constituía-se como um dos núcleos do Centro de Estudos Filológicos administrado pelo Prof. Henrique da Silva Fontes. Nos anos que precederam a fundação da UFSC e sua conseqüente incorporação por esta universidade, o Centro de Estudos Filológicos, do qual o

*Professor da UFSC e Coordenador do NEP/UFSC

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro Catarinense de Arquivos, realizado em Fpolis(SC), nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 1996.

NEP é hoje o único herdeiro institucional², iniciou a formação de uma biblioteca especializada (são hoje 3.500 volumes em poder da Biblioteca Central da UFSC), organizou eventos e manteve ligações acadêmicas com diversas personalidades nacionais e estrangeiras na área de Letras, o que pode ser constatado pela correspondência de intelectuais do poder de Matoso Câmara Júnior, Serafim da Silva Netto, Paiva Boléo e Câmara Cascudo, hoje nos arquivos do núcleo.

A partir de julho de 1994 estruturou-se como um centro de interesse pela Lingüística Histórica, em especial pela história da Língua Portuguesa no sul do Brasil, sediando, entre outros, projetos plurianuais como o "Última Fronteira: Problemas e Perspectivas para uma Socio-história do Português no Brasil Meridional (1680-1830)", o "Programa de Estado do Português da Área de Influência Açoriana no Sul do Brasil" e dois projetos anuais, "Fontes Inéditas" (1995) e "Fontes Publicadas para o Estudo da Língua Portuguesa no Brasil Meridional (1680-1830)"(1996), financiados pelo FUNPESQUISA/UFSC.

Dentro do interesse pela Língua Portuguesa nos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e ainda os territórios luso-parlantes do Uruguai no século XVIII e XIX, especialmente a Colônia do Sacramento, tornou-se para o NEP urgente promover a busca e a preparação da documentação da época colonial e do Primeiro Império produzida na região para a conformação de um Corpus Preliminar para o Estudo do Português no Brasil Meridional³ do período que vai da fundação da primeira Colônia do Santíssimo Sacramento (1680), principal mó-

2 Apontamos este fato porque o Centro de Estudos Filológicos constituía-se de vários núcleos (de estudos holandeses, sardos, etc.), que, ao contrário do NEP, extinguiram-se em pouco tempo.

3 Os documentos mais interessantes para o estudo da língua são os escritos informais, como por exemplo as cartas pessoais, escritos de preferência por populares ou pessoas de pouca escolaridade que, ao escrever, trazem para o papel muitas características da língua falada, já que não estão tão familiarizadas com os modelos eruditos da língua escrita como aqueles que passaram por longa escolarização. Para o historiador da língua, esses modelos eruditos da escrita funcionam como "cortinas": não permitem que se veja diretamente a língua, mas somente a norma de um certo período histórico.

vel para a ocupação portuguesa do Sul, até a perda definitiva da Província Cisplatina, com as negociações que levaram à formação do atual Uruguai (ca. 1830).

A busca nos arquivos do Sul, incluindo o Uruguai, foi feita em 1995 e, embora tenha cumprido seus objetivos de levantar uma documentação preliminar para o assunto de nosso interesse, nos mostrou que serão necessários muitos anos de esforços continuados até termos um conhecimento razoável da documentação que se encontra nos arquivos públicos e privados da região e, ainda, em arquivos fora da região. Esse esforço de trabalho sobre manuscritos nos deu uma certa experiência para julgar documentos já publicados do ponto de vista da sua fidedignidade filológica, habilidade importante para o Projeto Fontes Publicadas, executado em 1996.

Visando a estabelecer uma metodologia de trabalho que pudesse, pela localização do NEP/UFSC na Ilha de Santa Catarina, ter caráter permanente, buscou-se um convênio com o Arquivo Público do Estado/SC, instituição que guarda o maior acervo de documentos dos séculos XVIII e XIX no Estado, com o objetivo de editar criticamente a documentação do período de 1703 - data do documento mais antigo em posse do APESC - a 1830. Essa documentação está agrupada em 42 códices diferentes, em sua maioria escritos de órgãos governamentais ou eclesiásticos ao governador da capitania, perfazendo um total aproximado de cinco mil documentos.

Em se tratando de trabalho normalmente muito demorado, e que demanda a dedicação, durante anos, de uma equipe especializada, nos vimos diante de grandes dificuldades para resolver o problema da edição destes documentos. Como fazer para editá-los sem ter os recursos para a manutenção de um equipe, sem o tempo necessário para esperar a consecução do trabalho e, mesmo, sem dispor de uma equipe deste tipo no sul do Brasil?

Foi o fato de termos assumido a docência da disciplina de Filologia Portuguesa no Curso de Letras da UFSC que possibilitou os desdobramentos que passamos a narrar. Esta disciplina, em 1995 e em semestres

anteriores, pela própria marginalidade da Filologia dentro dos cursos de Letras⁴, não contava com um plano de atuação muito claro. Quando iniciamos o trabalho, imaginamos uma maneira de associar o processo de formação dos estudantes - objetivo da disciplina - com a realização do trabalho efetivo de edição de fundos documentais. Dessa associação nasceu um processo de trabalho pelo qual os alunos, sob nossa orientação, aprendem a editar, em equipes, um dos 42 códices do acervo mais antigo do APESC, de interesse para a pesquisa em História da Língua e para a pesquisa histórica em geral.

A experiência encontra-se agora no seu terceiro semestre. No primeiro semestre foram editados quatro códices, no segundo quatro códices e, no terceiro semestre, seis fundos documentais, perfazendo, portanto, quatorze fundos, ou pouco mais de um terço do montante que nos propusemos a editar. As equipes de alunos trabalharam com os códices abaixo listados:

1995.2

. Tomo VI - Provisões do Conselho Ultramarino (1769-1808);

. Tomo VII - Correspondências de Arciprestes e Vigários para o Presidente da Província (1785);

. Tomo XIII - Registro Geral do Governador da Capitania, Volume 1 (1770-1795);

. Tomo XIV - Ofícios da Câmara Municipal ao Governador da Capitania, Volume 2 (1811-1823).

4

A Filologia, enquanto interesse pela língua e seus textos de uma perspectiva tipicamente generalizante, pode ser considerada um empreendimento intelectual do séc. XIX, ao passo que a Linguística dita "moderna", se constituiu no início do séc. XX, delimitando a priori e muito mais fortemente seu campo de atuação, levando-se em conta especialmente o prestígio que a Linguística obteve na tradição norte-americana, acabou por jogar a Filologia numa "terra de ninguém", mormente em países dependentes como o Brasil, nos quais a "última teoria", produzida alhures, exerce um poder de atração muito grande sobre os intelectuais, ocupando-lhes a ação ao invés das preocupações com as tarefas concretas que se fazem necessárias para a constituição, entre nós, de um sistema de pesquisa sólido e com mais resultados.

1996.1

. Tomo XIV - Ofícios da Câmara Municipal ao Governador da Capitania, Volume 1 (1752-1817);

. Tomo IX - Ofícios dos Juizes Ordinários ao Presidente da Província (1787-1825);

. Tomo XXIX - Correspondência do Conselho Supremo Militar para o Presidente da Província (1827-1840);

. Tomo XII - Ofícios dos Juizes de Órfãos ao Governador da Capitania (1831-1837).

1996.2

. Tomo XVI - Ofícios dos Juizes de Fora para o Presidente da Província, Volume 1 (1814-1832) e Volume 2 (1822-1832);

. Tomo XXXVI - Ofícios da Administração Geral dos Correios para o Presidente da Província de Santa Catarina (1829-1843);

. Tomo XXVI - Avisos do Ministério do Império para o Presidente da Província, Volume 1 (1825-1829) e Volume 2 (1830-1832);

. Tomo XXXI - Ofícios dos Juizes de Paz ao Presidente da Província (1829-1831).

O resultado do trabalho é uma monografia de edição, composta basicamente de três partes:

I. Introdução Histórico-Filológica, constando de uma seção que apresenta a documentação do fundo em suas características físicas e arquivísticas (suportes, tintas, formatos, alinhamentos, estrutura dos documentos e do fundo, etc.) e de uma seção na qual a instância geradora do fundo é submetida a um estudo histórico. Neste estudo histórico, procura-se levantar o papel desempenhado pelo órgão em questão no contexto da administração colonial ou imperial, sua relação com outros órgãos, as temáticas de que se ocupavam, os problemas que enfrentavam e as soluções que eram propostas. Busca, portanto, ser uma contribuição não so-

mente à história administrativa do Brasil Meridional no período, mas uma contribuição para a escrita de uma futura história social da sociedade catarinense do século XVIII e início do XIX. Do conjunto das monografias de edição emergirá um quadro das instituições produtoras de documentos e das suas complexas relações, o que nos permitirá ter uma idéia mais clara de quem escrevia o que para quem e - ponto que mais nos interessa como historiadores da Língua Portuguesa - com que variedade de língua escrita, com que tipo de interferência da oralidade e da variação dialetal da época. Essa Introdução inclui ainda, finalmente, uma lista das abreviaturas constantes no texto, para facilitar a leitura do pesquisador não familiarizado com as "Abkürzungen" da tradição notarial-escriturária portuguesa e para evitar que tenha que correr a uma publicação especializada. Dado que essas abreviaturas não se encontram todas mapeadas no Dicionário de Abreviaturas de Flechtor, seria com certeza interessante deixar emergir das monografias um glossário de abreviaturas da documentação do sul do Brasil.

2. Transcrição Semi-diplomática dos documentos, segundo as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos⁵, mantendo-se todas as características essenciais do texto (ortografia, acentuação, pontuação, divisão vocabular) exceto sua distribuição espacial. As linhas são redimensionadas e sua quebra no texto transcrito é assinalada por barra simples e a quebra de página por barra dupla, estratagemas que permite ao leitor reconstruir sua situação espacial original⁶. Nesta parte, notas de rodapé elucidam questões lingüísticas e ortográficas, especialmente aquelas que poderiam levar à incompreensão do texto, além de explicarem procedimentos de edição particulares ou idiossincráticos. Cada documento é precedido, no seu protocolo (cabeçalho), por um resumo informando o remetente, o destinatário e o conteúdo do escrito. Constitui-se

5 Estabelecidas durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e Ensino da Paleografia, realizado em São Paulo em novembro de 1990.

6 Optou-se por não manter a distribuição espacial original do texto na página devido à enorme heterogeneidade dos documentos, o que nos obrigaria a manobras complicadas de formatação na hora de editá-los.

esta parte, portanto, como o corpo do trabalho propriamente dito, enquanto que as outras duas vêm ao auxílio da sua compreensão.

3. Índices Remissivos Onomástico e Toponímico. No índice onomástico constam os nomes de todas as pessoas citadas pela documentação, inclusive dos autores dos escritos constantes em texto ou em assinaturas legíveis, e cargo ou função que ocuparam, referenciados a cada documento. No índice toponímico, os nomes de lugares constantes nos documentos. Em ambos os casos, esses índices visam oferecer aos pesquisadores uma primeira sistematização de informações para investigações em disciplinas de cunho histórico.

A edição, apesar dos avanços das tecnologias de reprodução (microfilmagem, escanerização, etc.), continua sendo o procedimento mais desejável para o tratamento da documentação histórica. Além de dar aos originais uma sobrevida mais longa, na medida em que os retira de circulação - os pesquisadores passam a manusear os originais somente em casos extremos - a edição evita as dificuldades de leitura causadas pela caligrafia manuscrita, que freqüentemente colocam o pesquisador sem treinamento paleográfico diante de problemas sérios, atrasando sua investigação. Além disso, a edição permite o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa - índices remissivos de diversos tipos, esclarecimentos em notas de rodapé e introduções críticas - adequados a cada tipo de documento e, portanto, mais úteis para os usuários dessa documentação. Finalmente, a edição permite a emergência de um profissional cuja atuação é de fundamental importância, na medida em que realiza a ponte entre o arquivo, com seus procedimentos técnicos de preservação, restauração e organização de um lado e o grupo dos pesquisadores de outro lado, grupo capaz de dar sentido, de forma diferente a cada momento histórico, a essa documentação.

Sem o profissional do texto e da edição - o filólogo - despido agora de todo eruditismo academicista do século XIX, corremos o risco de não chegarmos nunca à conformação de um sistema cultural no qual as partes - arquivos, bibliotecas, escolas, universidades, editoras, imprensa - este-

jam à serviço da produção e da circulação de conhecimentos para a coletividade.

Nesse sentido, parece-nos uma tarefa de primeira grandeza a divulgação do trabalho de edição e o estabelecimento de parcerias entre os órgãos de pesquisa dentro e fora da universidade, para que a documentação editada circule e, circulando, adquira sentido, atribuído, necessariamente, por aqueles que sobre ela se debruçarem. A área de filologia do NEP vê sua responsabilidade, portanto, na preparação da documentação e no desenvolvimento dos seus potenciais para a pesquisa via o fomento da sua circulação.

Os volumes até agora editados da Série Filológica do NEP, acima listados, encontram-se à disposição dos pesquisadores na sede do núcleo no Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.